

QUILOMBO MERCÊS: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA RESISTÊNCIA PELO TERRITÓRIO

72

QUILOMBO MERCÊS: SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICTS IN RESISTANCE FOR THE TERRITORY

<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2024.262095>

Jackson Antonio Lopes da Silva

jackson.lopes@ufpe.br

Universidade Federal de Pernambuco

Recife - Pernambuco – Brasil

<https://orcid.org/0009-0003-0966-1104>

Yohanna Raíres Barbosa de Freitas Alves Araújo

freitasyr@gmail.com

Universidade Federal de Pernambuco

Recife - Pernambuco – Brasil

<https://orcid.org/0009-0008-9082-3604>

Submetido em 03.04.2024

Aceito em 10.08.2024

Resumo:

Este presente relato de experiência analisa o modo de vida na comunidade Quilombola da Ilha de Mercês, território pertencente a uma comunidade de subsistência remanescente de quilombo. Ao longo deste relato, temos o objetivo de evidenciar a caracterização histórico espacial, da comunidade, onde relataremos previamente um pouco sobre a questão do espaço, no qual estão inseridos, suas lutas e conquistas. Em seguida, fazemos uma análise, a partir de relatos orais dos moradores do quilombo, que expõem suas vivências enquanto comunidade de subsistência. Tais vivências são expostas por intermédio de seus diálogos sobre as lutas e resistências, diante dos avanços do sistema econômico capitalista. Tal sistema insiste na tentativa de conquistar o espaço herdado pelo povo quilombola, fortalecendo suas práticas de acumulação de capital, na extração dos bens naturais característicos do ecossistema estuarino que se encontra conservado, abrigando uma grande biodiversidade marinha, que, historicamente resguarda a cultura e a etnicidade do Quilombo Mercês.

SILVA, J. A. L. da; ARAÚJO, Y. R. B. de F. A. Quilombo Mercês: conflitos socioambientais na resistência pelo território. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 72-88

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>



Palavras-chave: agroecologia; capitalismo; comunidade quilombola, ecossistema; indústria.

Abstract:

This experience report analyzes the way of life in the quilombola community of Ilha de Mercês, territory belonging to a remaining quilombo subsistence community. Throughout this report, we aim to highlight the historical spatial characterization of the community, where we will recently report a little about the issue of space, in which they are inserted, their struggles and achievements. Next, we carry out an analysis, based on oral reports from quilombo residents, who expose their experiences as a subsistence community. Such experiences are exposed through their dialogues about struggles and resistance, in the face of advances in the capitalist economic system. This system insists on trying to conquer the space inherited by the quilombola people, strengthening their practices of capital accumulation, protecting the natural assets characteristic of the estuarine ecosystem that is preserved, sheltering a great marine biodiversity, which, historically, protects the culture and the ethnicity of Quilombo Mercês.

Keywords: agroecology; capitalism; quilombola community; ecosystem; industry.

Resumen:

Este relato de experiencia analiza el modo de vida de la comunidad quilombola de Ilha de Mercês, territorio perteneciente a una comunidad quilombo de subsistencia remanente. A lo largo de este informe pretendemos resaltar la caracterización espacial histórica de la comunidad, donde previamente informaremos un poco sobre la cuestión del espacio en el que se insertan, sus luchas y logros. A continuación, realizamos un análisis, basado en relatos orales de residentes quilombos, quienes exponen sus experiencias como comunidad de subsistencia. Tales experiencias son expuestas a través de sus diálogos sobre luchas y resistencias, frente a los avances del sistema económico capitalista. Este sistema insiste en intentar conquistar el espacio heredado por el pueblo quilombola, fortaleciendo sus prácticas de acumulación de capital, en la extracción de bienes naturales propios del ecosistema estuarino que se preserva, albergando una gran biodiversidad marina, que, históricamente, protege la cultura y etnia quilombo Mercês.

Palabras clave: agroecología; capitalismo; comunidad quilombola; ecosistema; industria

Introdução

Este relato de experiência foi elaborado a partir da análise em campo no Quilombo da Ilha de Mercês, localizado na região do Porto de Suape na área costeira entre os municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco, o qual proporcionou a análise da comunidade de subsistência, caracterizada como uma comunidade tradicional remanescente de quilombo. O território, que também é uma Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável,

SILVA, J. A. L. da; ARAÚJO, Y. R. B. de F. A. Quilombo Mercês: conflitos socioambientais na resistência pelo território. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 72-88

protagoniza a conservação dos ecossistemas presentes, e se apresenta resistente aos processos capitalistas.

O principal aspecto que se observa no território é a eclosão das indústrias portuárias que circundam o quilombo, cujo avanço remete ao projeto econômico do CIPS (Complexo Portuário de Suape), que desde sua criação em 2007 vem gerando conflitos entre a comunidade remanescente de quilombola e as indústrias portuárias pelo território. Nesse contexto, evidenciamos a expansão do complexo portuário e a reprodução do espaço urbano, a exemplo da via rodoviária estadual PE – 60 que corta o território e da presença das indústrias implantadas pelo CIPS. Estas últimas, responsáveis pelos conflitos socioambientais envolvendo os agentes dominantes do espaço e a comunidade.

A elaboração deste relato de experiência inclui a caracterização histórico-espacial, apresentação descritiva-análítica, abordagens teórico-metodológicas, discussão e levantamento de questões acerca do território estudado. Ademais, discorre sobre os ecossistemas que se apresentam e as atividades de consumo próprio desenvolvidas pelos sujeitos, como também as técnicas de pesca e agricultura, abordando a agroecologia.

Cumpramos ressaltar que os nomes dos sujeitos foram alterados para fictícios, a fim de garantir a preservação de sua privacidade e confidencialidade no contexto em que se encontram.

1. Caracterização histórico-espacial

Segundo Santos (2022), o Quilombo da Ilha de Mercês surgiu em uma área que, no século XIX, era um grande latifúndio dedicado à atividade canavieira. O nome do quilombo origina-se de um dos engenhos da região, denominado Engenho Mercês.

Na localidade onde hoje está o Quilombo, esta mesma “narrativa oficial”, isto é, de um ambiente há muito tempo habitado por senhores de engenhos, usineiros, escravos e descendentes de escravos, se funde com as memórias locais e coletivas – a dança de coco, a capoeira, antigos ritos funerários, lendas sobre um guaíamum dourado, os processos migratórios e sazonais à procura de trabalho em torno das grandes propriedades da região, entre outros – juntamente com a relação e prática diária deles com aquele ambiente de mangues, mares e rios, assim como o usufruto da terra em comunidade. (Santos, 2022, p. 181).

O Quilombo Ilha de Mercês é reconhecido desde 2016 pela Fundação Cultural

SILVA, J. A. L. da; ARAÚJO, Y. R. B. de F. A. Quilombo Mercês: conflitos socioambientais na resistência pelo território. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 72-88

Palmares, órgão responsável por estabelecer sua delegação aos preceitos constitucionais de reforços à cidadania, à identidade, à ação e à memória dos segmentos étnico dos grupos formadores da sociedade brasileira. Desta forma, foi deferido o reconhecimento de uma comunidade remanescente de quilombolas que utiliza-se de técnicas de subsistência no manejo do seu território, distanciando-se dos preceitos estabelecidos pelas grandes cidades industriais inseridas na economia do acúmulo de capital. Este reconhecimento nos dias de hoje torna-se importante quando consideramos a afirmação de Moraes e Silva (2008) sobre os quilombos:

Nas últimas décadas, os processos de reconhecimento de “terras de preto” como de “remanescentes” de quilombos tem sido motivo de polêmica na mídia e têm envolvido várias esferas de poder como o Estado e a Academia que buscam as origens dessas comunidades e questionam se elas realmente têm direitos sobre a terra (p. 2).

O território quilombola insere-se em geoambiente costeiro e estuarino no Porto de Suape, na porção sul da Região Metropolitana do Recife, incidindo no território a presença dos manguezais, ecossistema de grande potencial ecológico, sobre o qual a população quilombola Mercês retira o seu sustento a partir da efetivação das técnicas de pesca e agricultura, a exemplo da horta agroecológica de mulheres.

A presença dos quilombolas em áreas costeiras torna-se um importante símbolo de resistência contra os avanços capitalistas. Seu território, localizado em uma região litorânea estratégica para a produção industrial e exploração de recursos naturais, está sendo alvo de processos de verticalização promovidos pelo complexo portuário. Essa situação intensifica os conflitos, à medida que o interesse na exploração econômica do território se contrapõe com a relação dos quilombolas ao se relacionarem com o espaço geográfico. Sobre isso, Brito *et al.* (2011) concluem:

Os conflitos relacionados aos recursos naturais são sobre os espaços que contêm estes recursos, isto é, entre os grupos humanos que reivindicam essas terras como seu território de moradia e vivência, portanto, os conflitos têm dimensões políticas, sociais e jurídicas. Cada agente social tem sua forma de adaptação, ideologia e modo de vida que entra em choque com as formas dos outros grupos, dando assim a dimensão social e cultural do conflito socioambiental (p. 56)

Durante nossa análise em campo, observamos a instalação de indústrias na região

SILVA, J. A. L. da; ARAÚJO, Y. R. B. de F. A. Quilombo Mercês: conflitos socioambientais na resistência pelo território. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 72-88

quilombola vinculadas ao complexo portuário de Suape, além da construção de vias rodoviárias que atravessam o território de subsistência. Esses desenvolvimentos estão impactando a biodiversidade local, um efeito comum em processos econômicos que promovem a produção e acumulação de bens.

A expansão do CIPS, ao explorar os recursos naturais, tem contribuído para a degradação do ecossistema costeiro, afetando, conseqüentemente, os quilombolas de Mercês, que dependem desses recursos naturais para sua subsistência. Isso resulta em uma ameaça à etnicidade e ao etnoconhecimento da comunidade quilombola, além de comprometer o meio ambiente natural.

Este crescimento constante em Suape é parte de políticas públicas de desenvolvimento que são promovidas desde a década de 1950, perpetuando-se no neoliberalismo e hoje fortalecidas pelo Programa de Aceleração do Crescimento. (Perez e Gonçalves, 2012, p. 170).

Desde o Século XVI que a região onde está implantado o Complexo de Suape vinha sendo ocupada em função da economia agro mercantil canavieira. O espaço pré-existente ao complexo continha marcas de um processo de ocupação fundamentado na implantação de engenhos de açúcar e, posteriormente, sua substituição pelas usinas. (Silva, 1992, p. 172-173).

A valorização do espaço como mercado de consumo, ao modernizar-se, deu um novo significado ao território. A população quilombola, descendente dos engenhos da região, começou a sofrer um processo de desterritorialização. Diante desse fenômeno, os diferentes grupos, com suas distintas formas de relação com o espaço, começaram a entrar em conflito pelo uso do território.

Nesse cenário, é evidente a importância da comunidade de Mercês na luta pela preservação do meio ambiente, com destaque para a proteção dos manguezais. Esses ecossistemas desempenham um papel crucial na proteção da linha costeira contra a erosão, ressacas e tsunamis, sublinhando a necessidade de preservar esses ambientes vitais.

O Manguezal também atua como um ecossistema responsável pelo filtramento da água do mar, melhorando, conseqüentemente, a sua condição, e suas raízes aéreas são ricas em nutrientes, o que o torna o berçário um espaço de grande importância para a vida da biodiversidade marinha, e das comunidades pesqueiras que residem nas áreas estuarinas da região costeira de Pernambuco.

SILVA, J. A. L. da; ARAÚJO, Y. R. B. de F. A. Quilombo Mercês: conflitos socioambientais na resistência pelo território. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 72-88

Josué de Castro, em *Homens e Caranguejos* (1967), afirma que o manguezal é um espaço crucial para muitas comunidades socioeconomicamente vulneráveis, servindo como um local de sobrevivência onde ocorre a interação entre o homem e a natureza. Destruir um manguezal representa uma ameaça direta à sobrevivência dessas comunidades, que dependem dos bens naturais desse ecossistema para sua subsistência.

De acordo com Diegues (1994), o etnoconhecimento das populações tradicionais é fundamental para a preservação dos ecossistemas naturais, uma vez que o sistema hegemônico capitalista exerce uma influência significativa sobre os bens naturais. Nesse sentido, esses dois elementos estão interligados de forma co-dependente.

2. Apresentação descritiva-analítica

Através de nossas observações, podemos entender que o território é uma junção entre o chão e as pessoas que nele vivem, formando uma identidade indissociável. O lugar não apenas pertence à comunidade, mas também a comunidade pertence aos ecossistemas presentes: a mata, o rio, o mangue e a terra. No entanto, observamos uma divisão entre aqueles que se reconhecem como quilombolas e os que não se identificam dessa forma, levando à discussão sobre a necessidade de criar duas associações de moradores, conforme nos relataram os residentes durante nossa visita.

Uma evidência significativa da identidade quilombola deste território é a presença de um baobá, uma árvore frondosa com um tronco largo, originária da África. Segundo mitos e relatos ancestrais, as sementes do baobá chegaram aqui escondidas nos cabelos das mulheres negras durante a diáspora africana no período da escravidão.

Durante nossa breve visita, fomos recebidos pelo Sr. Francisco, morador do quilombo, que nos guiou ao mangue e ao rio Tatuoca, que, como ele contou, foram impactados pela ganância do capital. Sob o aroma do mangue, Francisco nos relatou sua experiência como cortador de cana dos 7 aos 51 anos, quando a área que hoje é Mercês abrigava engenhos. Ele recorda as dificuldades de estudar naquela época, quando trabalhou no Engenho Salgado, devido à falta de transporte público. Nas palavras do Sr. Francisco, “trabalhava muito e comia pouco, era o tempo da sardinha para dois”, uma realidade que reflete a exploração e opressão típicas da cultura da cana e da mão-de-obra rural.

SILVA, J. A. L. da; ARAÚJO, Y. R. B. de F. A. Quilombo Mercês: conflitos socioambientais na resistência pelo território. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 72-88

Francisco nos conta com orgulho como conseguiu ser promovido de cortador de cana para auxiliar administrativo, nos conta do teste com quatro operações que precisou fazer, do seu sucesso apesar de ter sido alfabetizado em “Casa de ABC” e que sempre aprendeu tudo que queria observando aqueles que já sabiam e executavam; era curioso e gostava de perguntar muito, como o próprio diz. Hoje ele trabalha. Recorda a chegada do motor na década de 1970, que proporcionou o avanço da técnica de moagem nas casas de farinha, sendo nove ao total, onde o trabalho era anteriormente realizado manualmente.

Ainda no mangue, somos informados pelo quilombo sobre o período em que o Porto de Suape fechou o rio que é uma das principais fontes de sustento da comunidade. O rio foi cortado ao meio para construção de uma via de acesso provisório ao Estaleiro Atlântico Sul, causando a morte do mangue porque barrou o fluxo d'água e consequentemente trouxe a escassez do alimento com a redução da biodiversidade ali existente, restando apenas o caranguejo. Com a reabertura do rio, as espécies voltaram a aparecer, o rio ganhou liberdade e o mangue vida. Voltou o marisco, o marisquinho, o sururu, a ostra, o guaíamum, aratu, siri e, principalmente, os peixes, o camorim, saúna, carapeba, tilápia, paru, espada e bicuda. Como que garantia para a permanência dessa troca de energia do rio que corre com o mangue, o tesoureiro, uma espécie de crustáceo bem semelhante ao caranguejo, faz um movimento com a pata chamando a maré, cena que tivemos o prazer de ver, como se o animal entendesse a interdependência dos/as sujeitos/as e natureza.

SILVA, J. A. L. da; ARAÚJO, Y. R. B. de F. A. Quilombo Mercês: conflitos socioambientais na resistência pelo território. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 72-88

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Figura 1. Técnica usada para a coleta de crustáceos.



Fonte: Autoral (2023)

Os pescadores/as que dali tiram seu sustento são os que confeccionam as próprias redes, às quais tivemos a oportunidade de observar e registrar. São redes de camboa, rede de chiqueiro, a rede de espera utilizada com a estaca para pescar peixes maiores em períodos de maré cheia. Observamos também forquilhas confeccionadas e usadas para prender a rede na pesca de camboa. A observação desses objetos e modos de fazer é orientada pelo velho Francisco que, mesmo não sendo pescador, mostra o domínio que tem sobre a dinâmica de seu território.

SILVA, J. A. L. da; ARAÚJO, Y. R. B. de F. A. Quilombo Mercês: conflitos socioambientais na resistência pelo território. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 72-88

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Figura 2. Seu Francisco mostrando a rede utilizada na atividade de pesca



Fonte: Autoral (2023)

O relato em campo contou com a participação de Lúcia, que chegou ali há apenas 12 anos, mas que já soma na luta pelo direito ao território. A quilombola, cuja identidade a mesma faz questão de afirmar, chegou ali por intermédio do seu companheiro que já era do quilombo e com o qual tem uma filha, Ana. Apesar do pouco tempo de relação com o território, Lúcia demonstra conhecer, através de sua fala, os direitos que a comunidade de Mercês tem e a força que esta comunidade, quando mobilizada e apropriada sobre os seus direitos, possui frente à

SILVA, J. A. L. da; ARAÚJO, Y. R. B. de F. A. Quilombo Mercês: conflitos socioambientais na resistência pelo território. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 72-88

ameaça do Porto de Suape. No momento em que nos recebeu, Lúcia relembra a abertura do rio já contada pelo Sr. Francisco quando estivemos no mangue e acrescenta outro momento dos quilombolas quando houve a ação na Curva do Boi.

Na mobilização, a comunidade fechou a via para protestar contra a cobrança indevida do pedágio, que dificultava o tráfego daqueles que precisavam sair do território para acessar serviços essenciais, como a ida ao hospital. Esses eventos são mencionados para afirmar e enfatizar a resistência dos moradores frente às ameaças do capitalismo, disfarçadas de desenvolvimento, mas que acabam espoliando os direitos da comunidade tradicional.

Durante nossa visita, Lúcia nos recebe para compartilhar sua profunda relação com o território e nos convida a conhecer a horta agroecológica e o SAF (Sistema Agroflorestal). Este espaço é gerido por ela com o auxílio do Fórum Suape, através do Projeto ‘Mulheres e Frutos da Terra’, em parceria com o Centro Sabiá. O projeto atua com agricultoras do Quilombo Ilha de Mercês na implementação de hortas coletivas e quintais produtivos agroecológicos.

No espaço agroecológico apresentado por Lúcia, encontramos alface, milho, bananeiras e uma rama de maracujá da vizinha que se estende pelo local. O solo é muito produtivo e os cultivos são realizados de forma limpa, sem o uso de agrotóxicos. Nas palavras de Lúcia, é uma terra que representa a própria riqueza..

SILVA, J. A. L. da; ARAÚJO, Y. R. B. de F. A. Quilombo Mercês: conflitos socioambientais na resistência pelo território. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 72-88

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Figura 3. Horta Agroecológica



Fonte: Autoral (2023)

O projeto introduz técnicas agroecológicas no quilombo que antes eram desconhecidas, alinhando-se aos saberes tradicionais da comunidade e visando amenizar os impactos socioambientais ocasionados pelo polo industrial. Nesse sentido, o projeto promove a soberania e a segurança alimentar, ao capacitar os sujeitos do quilombo na produção de alimentos que podem ser tanto consumidos pela própria comunidade quanto comercializados.

Durante nossa breve imersão no território quilombola, tivemos o privilégio de conhecer o Sr. Sebastião, de 92 anos, que vive no local desde a infância. O quilombola mais antigo de Mercês iniciou sua trajetória como ajudante de motorista, posteriormente atuou como tratorista e, por fim, como motorista na Usina Salgado. Sebastião também menciona a existência de outra usina, a Santo Inácio, que pertenceu ao mesmo proprietário da usina onde trabalhou. Após o falecimento deste, a usina ficou sob a administração de dois filhos. Apesar da idade avançada,

SILVA, J. A. L. da; ARAÚJO, Y. R. B. de F. A. Quilombo Mercês: conflitos socioambientais na resistência pelo território. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 72-88

o Sr. Sebastião mantém uma memória aguçada e recorda com clareza os nomes de seus antigos padrões.

Atualmente, ele é criador de galinhas para consumo próprio e da família, embora tenha sido pescador em tempos anteriores. Sebastião relatou que plantou milho este ano para a preparação das festividades de São João e se anima ao recordar a festa junina que se aproxima. Ele relembra a vida difícil de quando morava em uma casa de palha no quilombo e menciona que, na época, todos os moradores trabalhavam nas usinas e, fora do horário exaustivo do corte de cana, cada um cuidava de seus próprios roçados, geralmente de macaxeira.

Naquele tempo, havia 11 casas de farinha, um número maior do que o indicado por seu filho Francisco, possivelmente devido à experiência e vivência mais extensa do Sr. Sebastião. Ele observa que com a chegada de Suape muitas coisas mudaram: as casas de farinha, os pés de fruta e até mesmo as casas foram compradas a preços irrisórios — de 20 a 40 mil reais — que, nas palavras de Sebastião, "não dava pra nada, só pra ir pra rua passar fome", pois muitos venderam suas propriedades e foram expulsos do território.

Entre as destruições promovidas por Suape, destacam-se a derrubada de 314 dos 410 pés de caju pertencentes ao Sr. Sebastião, que foram oferecidos como indenização míseros R\$42,00 (quarenta e dois reais). Em resposta, ele entrou com uma ação judicial em 8 de outubro de 2015, a qual só foi despachada seis anos depois, em 2021. Somente neste ano, 2023, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e o MPF (Ministério Público Federal) foram intimados, e a indenização foi fixada em 170 mil reais. Apesar das várias injustiças enfrentadas, o Sr. Sebastião afirma com convicção que não se mudaria, e sua declaração sugere um profundo sentimento de pertencimento e de garantia do direito à moradia e ao território desde o reconhecimento do quilombo.

Sobre a infraestrutura do quilombo, segundo o Sr. Sebastião os moradores não pagam a água fornecida pela Compesa mas pagam pelo serviço de fornecimento de energia elétrica. Ainda somos informados sobre a oferta de cursos para menores aprendizes pelas empresas aos jovens do Quilombo Mercês e que na visão do Sr. Sebastião é uma oportunidade com remuneração de meio salário mínimo e ainda se prepara para um ofício. Ele comenta que já teve dois de seus filhos empregados e aposentados pela MINASGÁS.

SILVA, J. A. L. da; ARAÚJO, Y. R. B. de F. A. Quilombo Mercês: conflitos socioambientais na resistência pelo território. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 72-88

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Seu Sebastião evidencia que quando era pescador, ganhava em torno de 200 a 250 reais por dia, expondo em suas falas que era uma época de muita fartura, pois tinha peixe de inverno a verão, e sua prática pesqueira utilizada na lagoa, consistia em deixar a rede de um dia para o outro. Seu Sebastião nos explica que antes da cheia de 1940 - 1950 quando estourou o Rio Tapacurá, não existia a lagoa, e em seu lugar era um terreno utilizado para a produção e o cultivo da cana, que pertencia ao engenho. Mediante ao processo de perda da drenagem, com a retirada da monocultura da cana, a água foi voltando, consequentemente ocasionando na volta da passagem de água, estabelecendo desse modo, a lagoa.

3. Abordagem teórico-metodológica, discussão e levantamento de questões

O conflito político do Quilombo Mercês se origina por intermédio de uma ação governamental, do governo estadual de Pernambuco que em 1992, desapropria uma antiga usina sucroalcooleira, estabelecida no território do Engenho Mercês, e transfere à propriedade para as mãos da empresa pública de Suape. Dessa forma, houve a transfiguração do território como zona industrial, em decorrência de um acordo com o plano de desenvolvimento e zoneamento do CIPS, que objetiva regular o parcelamento, o uso e a ocupação do solo nesse território.

Assim, o CIPS começou a ingressar ações para dar conta da dinamização das mercadorias e sua intenção no processo de expansão, utilizando de forma estratégica a prática da grilagem, que é a falsificação dos documentos de posse das terras, afirmando desta forma que as terras do engenho, por muitos anos pertencentes às comunidades, eram do Estado. Ocasionalmente desse modo o despejo de muitos/as moradores/as da região, permitindo assim a expansão das indústrias que fariam parte do CIPS, a exemplo da Refinaria de Petróleo Abreu e Lima (RNEST) e a Petroquímica Suape (PQS). Em *Recife Despedaçado* Gomes (2023) relata:

A efetivação territorial desse complexo nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca implicou diretamente a desapropriação de 22 engenhos, compreendendo, inicialmente, mais de 13 mil hectares e quatro ilhas. Tal rápida caracterização já permite depreender o nível de comprometimento ambiental que o envolve, particularmente na zona estuarina de uma das bacias hidrográficas mais importantes para Pernambuco. (p. 125-126).

SILVA, J. A. L. da; ARAÚJO, Y. R. B. de F. A. Quilombo Mercês: conflitos socioambientais na resistência pelo território. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 72-88

Figura 4. Petroquímica Suape ao fundo na paisagem, em contraste ao Quilombo Mercês



Fonte: Autoral (2023)

Seu Francisco, quilombola responsável por nos acompanhar e evidenciar os contextos históricos da comunidade, conta que a população quilombola que permaneceu nas terras começou a ser marginalizada pela postura abusiva da empresa administradora, impedindo as famílias de plantarem culturas de ciclo permanente e de reformarem suas casas de taipa, sendo destruída qualquer benfeitoria feita pelos/as moradores/as. A presença das indústrias no entorno do território ocasionou e ainda ocasiona, perda de biodiversidade, ocasionada, dentre outros fatores, por diferentes tipos de contaminação, por diferentes tipos de resíduos, liberados pelas indústrias e que atingem a comunidade, pelo ar, pelas águas e mesmo por contaminação dos solos.

Uma dessas contaminações aconteceu em 2016, ocasionada por um vazamento de petróleo, oriundo da Refinaria Abreu e Lima, contaminando diretamente a água do mangue, e consequentemente afetando a biodiversidade marinha presente no estuário, e os quilombolas, visto que a população tem a base do seu consumo e sustento mediante as técnicas pesqueiras. Essa é uma realidade da etapa atual do capitalismo. Como aponta Altvater (1995):

SILVA, J. A. L. da; ARAÚJO, Y. R. B. de F. A. Quilombo Mercês: conflitos socioambientais na resistência pelo território. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 72-88

O moderno sistema industrial capitalista depende de recursos naturais numa dimensão desconhecida a qualquer outro sistema social na história da humanidade, liberando emissões tóxicas no ar, nas águas e nos solos, e portanto também na biosfera (p. 28).

No ano de 2016, a comunidade recebeu o Certificado da Fundação de Palmares atestando seu autorreconhecimento como quilombo. Diante disso, a comunidade conquistou instâncias defensivas do território, como a entrada do INCRA, que efetivou o uso da terra de forma sustentável pela comunidade. Essas instâncias foram determinantes no freamento dos processos de expansão do Porto de Suape, que seguia visando novas intervenções no território, tornando-se um ato de garantia relativa à salvaguarda da comunidade contra as ações violentas praticadas pelo CIPS.

Em uma reportagem investigativa realizada pela Agência Pública em 2019, sendo um órgão independente e sem fins lucrativos, foi exposto que antes da chegada do complexo industrial de Suape, aproximadamente cerca de 3 mil habitantes ocupavam 4,7 mil hectares, desde a região da refinaria até a ilha de Mercês, Cocaia e Tatuoca, onde os navios que chegam ao porto são atracados. Hoje, o território foi reduzido a menos da metade. Restaram cinco núcleos de moradias com cerca de mil pessoas – sendo cem crianças – em 1,6 mil hectares.

A consciência ambiental presente no etnoconhecimento dos quilombolas de Mercês é fundamental para a preservação do manguezal. Esses dados comprovam que a ausência da resistência desses sujeitos resultaria na perda dessa biodiversidade.

A maneira pela qual os homens produzem os seus meios de existência depende, primeiramente, da natureza dos meios de existência já dados e que precisam ser reproduzidos. [...] A maneira pela qual os indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exatamente o que são. O que eles são coincide, portanto, com a sua produção, tanto com o que produzem quanto com a maneira pela qual o produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção. (MARX; ENGELS, 1972, p. 67-68)

Considerações finais

Conclui-se que a comunidade quilombola Ilha das Mercês enfrenta constantes ameaças provenientes do complexo portuário de Suape. Sua resistência à ocupação do território reflete

SILVA, J. A. L. da; ARAÚJO, Y. R. B. de F. A. Quilombo Mercês: conflitos socioambientais na resistência pelo território. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 72-88

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

um confronto direto com os avanços do capital e as transformações espaciais promovidas por esse processo, resultando em conflitos socioambientais. Essas disputas decorrem das diferentes visões sobre o uso e a gestão do espaço geográfico.

Nesse contexto, observamos como os quilombolas Mercês se tornam agentes importantes no combate à devastação do meio natural do ecossistema estuarino, ao mesmo tempo em que fortalecem sua identidade como quilombolas.

O avanço do CIPS ameaça não apenas o meio ambiente natural, mas também os aspectos socioculturais da comunidade, ao remover seu contato com a terra e contribuir para sua invisibilização. Além disso, a presença das indústrias no território representa um risco econômico e social para a comunidade e compromete diretamente a biodiversidade local, essencial para o sustento e a vida dos moradores.

Embora os avanços industriais não alcancem totalmente o território do quilombo, este ainda é impactado por seus efeitos colaterais. No contexto do efeito de borda, as atividades do complexo industrial geram externalidades negativas na área protegida do quilombo, prejudicando o entorno e, conseqüentemente, comprometendo a biodiversidade da região.

O relato dos quilombolas entrevistados evidencia a ausência de apoio fiscalizante por parte dos governantes, resultando na perda acentuada de seu território e em ameaças constantes. A permanência dos quilombolas Mercês se torna um símbolo de resistência contra o apagamento dos conhecimentos tradicionais, a injustiça ambiental e social, e a exploração econômica.

Referências

ALTVATER, E. **O preço da riqueza: Pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

BRITO, Daginete Maria Chaves *et al.*, Conflitos socioambientais no Século XXI. **PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP Macapá**, n. 4, p. 51-58, dez. 2011.

CASTRO, J. **Homens e Caranguejos**. São Paulo: Brasiliense, 1967.

DIEGUES, A. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: NUPAUB, 1994.

SILVA, J. A. L. da; ARAÚJO, Y. R. B. de F. A. Quilombo Mercês: conflitos socioambientais na resistência pelo território. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 72-88

GOMES, E. ALBUQUERQUE, M. **Recife despedaçado:** distopias urbanas e espaços de resistência metropolitanos. Recife: Ed. UFPE, 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. As condições das transformações históricas. *In:* Octavio Ianni (Org.). **Teorias de Estratificação Social:** leituras de sociologia. São Paulo: Editora Nacional, Série 2, v.42, p. 67- 68. 1972.

MORAIS, S. A; SILVA, M. **O Conceito de Quilombo e a (Re) Construção de Identidades e Espacialidades Negras.** Tese (Doutorado em Formação Docente e Culturas Africanas e Afro Americanas), Faculdades Unidas do Vale do Araguaia, UNIVAR, Barra do Garças, 2008.

PEREZ, M. GONÇALVES, U. Desenvolvimento e Conflito Territorial - Primeiras Reflexões Sobre as Comunidades Atingidas pelo Complexo Industrial Portuário de Suape-PE, Brasil. **Revista de Geografia** (UFPE) V. 29, No. 2, 2012

SANTOS, L. **Entre choques, apagamentos e irrupções:** o caso da região de Suape e do quilombo ilha de Mercês. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2022.

SILVA, Carlos A. F. da. Complexo Industrial Portuário de Suape enquanto Instrumento de Política Territorial. **Caderno Estudos Sociais**, Recife, v. 8, n. 2,p. 165-184, jul./dez., 1992.

SOUZA, Marina Duarte de. **Bem Viver na TV:** Quilombo Ilha de Mercês expande agroecologia no Complexo de Suape (PE). Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/02/bem-viver-na-tv-quilombo-ilha-de-merces-expande-agroecologia-no-complexo-de-suape-pe>. Acesso em: 15 de abril, 2023.

SILVA, J. A. L. da; ARAÚJO, Y. R. B. de F. A. Quilombo Mercês: conflitos socioambientais na resistência pelo território. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 72-88

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>